

Em 1996 foi nomeado comandante da Divisão Policial de Cascais, do Comando Metropolitano de Lisboa, revelando uma sólida capacidade de adaptação e um dinamismo ímpar que se revelou essencial no relacionamento com o efectivo e com as entidades locais.

Aliás, o dinamismo e a elevada capacidade de trabalho e de organização, qualidades com que se apresentou nas suas funções de comandante da Divisão Policial da EXPO 98 e delegado da PSP na Autoridade Coordenadora de Segurança, criada no âmbito daquele evento, foram claramente decisivas para o sucesso da operação de segurança desenvolvida, consolidando assim uma imagem de prestígio e de grande competência da Polícia de Segurança Pública e, consequentemente, dando ao mundo uma imagem grandemente positiva de Portugal.

Enquanto director do Departamento de Informações Policiais e director do Departamento de Operações, ambos da Direcção Nacional, cargos que assumiu entre 1999 e 2002, o superintendente-chefe Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira continuou a revelar excepcionais qualidades profissionais, aplicando no campo do planeamento estratégico e do controlo de toda a actividade policial a já larga experiência consolidada, considerando as diversas funções exercidas.

Em 2003 foi nomeado comandante do Comando Metropolitano de Lisboa, revelando excepcionais qualidades de comando e de liderança, envolvendo o efectivo nas mais variadas acções, desde o policiamento a grandes eventos, como o EURO 2004 e a Cimeira Euro África, às operações policiais desenvolvidas com resultados muito positivos e, mesmo, às acções de sensibilização dirigidas a grupos específicos, como as crianças e os idosos, tendo neste campo proporcionado eventos únicos, de grande abertura à sociedade civil, contribuindo para uma imagem da PSP de grande profissionalismo e dedicação à causa pública.

Regressou à Direcção Nacional da PSP em 2007, para exercer o cargo de director nacional-adjunto para a Unidade Orgânica de Operações e Segurança, ano que marcou o início de uma fase de grande complexidade para a PSP, com a publicação da respectiva Lei Orgânica e com o processo de reestruturação das forças e serviços de segurança.

A elevada competência sempre revelada, o carácter, a rectidão ética, o sentido prático, o dinamismo e o profundo conhecimento da instituição foram qualidades decisivas para a sua nomeação como director nacional da Polícia de Segurança Pública em Março de 2008.

Consciente da complexidade dos processos relativos à organização e funcionamento da instituição, decorrente, sobretudo, da entrada em vigor do novo Estatuto de Pessoal Policial, procurou sempre congregar a hierarquia, aos seus diversos níveis, numa base de grande diálogo e abertura, de transparência e co-reponsabilização, de compreensão e humanismo.

Tanto no contexto institucional, com o efectivo e com as estruturas sindicais, como no contexto externo, com as mais diversas instituições e entidades, insistiu sempre na vantagem estratégica da comunicação para a resolução de conflitos e para o pleno esclarecimento das dúvidas e incertezas. A iniciativa do *Director Nacional Informa* é disto claro exemplo, ao fazer chegar, através das novas tecnologias, a mesma mensagem aos quase 23 mil homens e mulheres da PSP, com o fim último da transparência da informação.

A frontalidade e o diálogo caracterizaram indubitavelmente a sua acção, tendo proporcionado reuniões de esclarecimento abertas a todos os níveis da hierarquia e às estruturas sindicais, em todas as unidades territoriais da PSP. Constituiu-se como um exemplo, exigiu de todos os oficiais, chefes, agentes e pessoal não policial o mesmo diálogo. Exigiu disciplina, coesão e respeito mútuo, tendo procurado sempre potenciar a camaradagem e a solidariedade entre o efectivo.

Também no âmbito da segurança interna, apostou constantemente na comunicação com as diversas forças e serviços de segurança, fomentando o diálogo e a colaboração e, consequentemente, mais e melhor segurança para o cidadão. Aliás, na certeza de que o grande objectivo comum é a segurança do cidadão e de que, por isso, na PSP *Existimos para Servir*, procurou congregar todos os níveis da hierarquia nesta orientação estratégica, a da estreita comunicação entre as diferentes forças e serviços de segurança.

Consolidou ainda uma imagem de grande modernidade na Polícia de Segurança Pública, apostando na inovação, nas novas tecnologias de informação, numa cada vez maior abertura à sociedade civil e num contacto aberto e responsável com os órgãos de comunicação social, tanto no contexto diário como na concretização de cursos de formação de jornalistas em matéria de segurança interna.

A disponibilidade permanentemente demonstrada, a preocupação constante pelo bem-estar profissional e pessoal de todo o efectivo e o empenho dedicado à segurança dos cidadãos foram inexcusáveis, reconhecendo-se que em benefício da instituição, do seu efectivo e da paz social, tendo abdicado em muito do seu próprio bem-estar pessoal e familiar.

Por tudo quanto fica dito, é da mais elemental justiça qualificar os serviços prestados ao País pelo superintendente-chefe Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira como extraordinariamente importantes, relevantes e distintíssimos, por deles haver resultado honra e lustre para Portugal e para a Polícia de Segurança Pública.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 7.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio, manda o Governo, pelo Ministro da Administração Interna, conceder com a medalha de ouro de serviços distintos o superintendente-chefe Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira.

23 de Março de 2011. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

204511143

Louvor n.º 245/2011

Tendo o engenheiro Domingos Manuel Lourenço de Magalhães cesado, em 28 de Fevereiro de 2011, por motivo de aposentação, as suas funções de dirigente da área de administração eleitoral da Direcção-Geral de Administração Interna (DGAI) como director dos Serviços de Apoio ao Recenseamento e Processo Eleitoral, não pode o Ministério da Administração Interna deixar de expressar público e vivo louvor pela notável acção por ele desenvolvida ao longo de mais de 35 anos, quer no extinto Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), quer, nos anos mais recentes, na DGAI.

A sua reconhecida competência técnica, o rigoroso espírito de serviço público, o empenho em todos os trabalhos e missões que lhe foram confiados e a excelente relação que estabeleceu com todos os funcionários e dirigentes, quer como técnico, quer na sua competente liderança como chefe de divisão e depois como director de serviços, foram exemplo para todos os que com ele privaram durante uma vida profissional exclusivamente dedicada à causa eleitoral.

Tanto no âmbito do apoio técnico à organização dos processos eleitorais, referendos e recenseamento eleitoral, quanto no domínio da representação em reuniões, conferências e outros eventos de natureza internacional em matéria eleitoral, mormente junto da Comissão Europeia, Conselho da Europa, OSCE, Electoral Management Bodies (EMB), entre outros, e, sobretudo, na coordenação da estrutura que realizou todos os escrutínios provisórios das eleições e referendos desde 1979, o engenheiro Domingos Magalhães destacou-se sempre pelo empenho, competência e rigor técnico, tendo estado sempre disponível para a participação em outros trabalhos intersectoriais levados a cabo ao longo da sua carreira.

Por todas estas razões, o engenheiro Domingos Magalhães foi um elemento incontornável e marcante da administração eleitoral por mais de três décadas e meia, sendo merecedor do louvor do qual dou público testemunho.

23 de Março de 2011. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

204510974

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna

Despacho n.º 5690/2011

No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho do Ministro da Administração Interna n.º 1714/2010, de 15 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 2010 e nos termos do n.º 2 do artigo 6.º e do § 1.º do artigo 53.º da Portaria n.º 18 836, de 24 de Novembro de 1961, nomeio, sob proposta do director nacional da Polícia de Segurança Pública, a direcção do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública, a qual passa a ter a seguinte constituição:

Presidente — Director nacional da Polícia de Segurança Pública, superintendente-chefe Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira.

Vice-presidente — Superintendente José Emanuel de Matos Torres Vogais;

Técnica superior Irene Augusta Teixeira Correia Lobato.

Chefe Fernando Jesus Mateus.

Chefe José Manuel Pires Coxo.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação, caducando após a fusão do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública com os Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública, como disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro.

Ficam ratificados todos os actos praticados pelos membros agora nomeados até à publicação do presente despacho.

21 de Janeiro de 2011. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

204523659

Despacho n.º 5691/2011

No uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho do Ministro da Administração Interna n.º 1714/2010, de 15 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 26 de Janeiro de 2010, e nos termos dos artigos 35.º a 41.º e 137.º do Código do Procedimento Admi-